



Grupo de Trabalho – Controle Social, Segurança Pública e Direitos Humanos

O PANORAMA DOS HOMICÍDIOS NO NORDESTE BRASILEIRO

1

*José Maria Pereira da Nóbrega Júnior*¹
e-mail: jmnobrega@ufcg.edu.br
Universidade Federal de Campina Grande, PB.

RESUMO

Os homicídios no Nordeste crescem de forma linear e contínua desde o início da década de oitenta. Este artigo analisa a dinâmica da violência homicida, suas implicações socioeconômicas e institucionais. Objetiva avaliar os nexos causais entre desigualdade e pobreza, o desempenho econômico e o papel das instituições coercitivas na relação com os homicídios no Nordeste brasileiro. Para isso, foi utilizado o método estatístico descritivo e o teste de variáveis independentes no intuito de testar algumas hipóteses que tiveram como base a literatura especializada. Os resultados demonstraram que os homicídios no Nordeste vitimam principalmente homens jovens, de baixo nível de escolaridade e frequentemente da cor negra. Não obstante a melhoria dos níveis de desigualdade de renda e de pobreza, paradoxalmente os índices de violência homicida continuaram na ascendente. Os testes de hipóteses desenvolvidos na pesquisa demonstraram que: a. os Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) não apresentaram significância estatística em sua correlação com as taxas de homicídios; b. renda e desemprego demonstraram correlação positiva com as taxas de homicídios, com destaque ao desemprego; c. os gastos/investimentos em segurança pública e o efetivo policial apresentaram covariância positiva com os homicídios; d. as prisões apresentaram covariância positiva em menor proporção; e. o Estatuto do Desarmamento apresentou correlação com covariância de sinal negativo.

Palavras-chave: *Homicídios, Segurança Pública, Dinâmica, Nexos Causais.*

¹ Doutor em Ciência Política pela UFPE; Professor Adjunto III da Universidade Federal de Campina Grande, PB, professor de Ciência Política nos Cursos de Ciências Sociais e Gestão Pública do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (CDSA), Campi de Sumé, PB. Coordenador e Líder do Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos da Violência da UFCG (NEVU). O presente *paper* faz parte da Pesquisa “Panorama dos Homicídios no Nordeste” financiada pelo CNPq, Chamada Universal Ciências Humanas 2014.



Introdução

O Nordeste nos últimos anos apresentou taxas de crescimento na criminalidade muito acima da média nacional. A partir de 2006 passou a ser a região mais violenta em números absolutos de homicídios e, nos últimos anos disponíveis no banco de dados do Subsistema de Informação de Mortalidade do Sistema Único de Saúde (SIM/SUS) passou a ser mais violento, também, em taxas por cem mil habitantes.

Cidades como Salvador, João Pessoa, Maceió e Fortaleza passaram a ranquear os primeiros lugares entre as dez capitais mais violentas do país. Salvador viu a explosão dos assassinatos tornar a cidade uma das mais violentas do mundo. Campina Grande, polo científico e econômico da Paraíba, viu suas taxas de mortes por agressão – como é classificado no SIM/DATASUS os óbitos por causas externas intencionais – dobrarem entre 2000 e 2013 a níveis nunca antes vistos pela sociedade campinense.

O crime violento também foi potencializado em cidades do interior dos estados nordestinos. A exemplo de Petrolina e Caruaru, em Pernambuco, Campina Grande e Patos, na Paraíba, cidades do semiárido e do sertão viram o tráfico de drogas, e as mortes que ele provoca, se tornar rotina em cidades antes pacatas e tranquilas.

Quais fatores potencializadores foram responsáveis pelo crescimento dos homicídios nas principais cidades do Nordeste? Quais os principais nexos causais dessa dinâmica da morte? São os principais questionamentos que vamos procurar responder em nossa pesquisa.

O presente trabalho está dividido nesta introdução, numa seção teórico-metodológica, numa outra seção analisando a dinâmica dos assassinatos nos estados nordestinos e, utilizando a Paraíba como *proxy*, destacando os principais grupos mais vitimados por faixa etária, nível de escolaridade, cor da pele e sexo. Uma outra seção específica explicando a metodologia, testando os níveis de causalidade, ou de correlação, entre variáveis socioeconômicas e institucionais trazidas pela literatura como fundamentais. Finalmente, as conclusões com os principais resultados alcançados.

Aspectos teóricos e metodológicos da pesquisa

Existe uma vasta e robusta literatura sobre crime e violência no Brasil e no exterior. Desde a época de Lombroso os estudiosos se debruçam em aspectos externos e internos ao indivíduo buscando entender porque alguns atores sociais praticam crimes violentos. No entanto, as Ciências Sociais trabalham com amplo escopo de análises sociais, culturais, econômicas, psíquicas, dentre outras, que abordam o fenômeno da violência (NÓBREGA JR., 2015). Nesta breve revisão, irei destacar alguns trabalhos relevantes que tiveram como objetivo principal analisar níveis de relação/associação causal entre aspectos socioeconômicos e institucionais com o fenômeno da violência, utilizando ferramental metodológico quantitativo/estatístico.

Gary Becker (1968) em seu trabalho seminal “Crime and punishment: an economic approach”, publicado no importante *Journal of Political Economy*, tendo como base teórica a *rational choice*, atrelou o ato criminoso a um cálculo estratégico do



ator social buscando a maximização utilitária de sua ação. Para o autor, o criminoso avaliava sua ação tendo em vista a perspectiva mercadológica, na qual a decisão de praticar o ato criminoso estaria atrelada às oportunidades advindas do mundo econômico e social. O parâmetro utilizado por Becker seria o confronto entre o salário que o indivíduo poderia receber no mercado formal – levando em consideração uma série de aspectos socioeconômicos na formação do ator – e o salário percebido no mercado informal.

Para Becker, o crime seria uma questão de oportunidade em que, numa realidade de baixa qualificação profissional, com uma população majoritariamente jovem, com altas taxas de desemprego e de emprego informal, o resultado seria a prática de crimes patrimoniais e físicos crescentes.

Vários outros autores seguiram o caminho iniciado por Becker e passaram a desenvolver estudos com as mais diversificadas variáveis socioeconômicas para estudar o efeito da atividade econômica na criminalidade. Variáveis como desemprego, renda, gastos públicos, gastos com segurança privada, nível de escolaridade, etc. passaram a ser utilizadas frequentemente para testar o impacto socioeconômico e da atividade econômica propriamente dita, na criminalidade.

Freeman (1994) utilizou técnicas de análises longitudinais com dados agregados regionalmente para testar a relação entre desemprego e crime. Chegou à conclusão de que os presos apresentavam menos renda e menos oportunidade de emprego, sugerindo que pessoas com menos renda e qualificação estariam mais propícias a práticas de crimes.

Gould, Weinberg e Mustarde (2000), apontaram que jovens com baixa qualificação responderam mais facilmente ao custo de praticar crimes, pesquisa que fora desenvolvida em mais de 700 municípios americanos entre 1979 e 1997.

Wolpin (1978) fez um estudo cobrindo seis tipos de crime ocorridos na Inglaterra e País de Gales entre os anos de 1894 e 1967. Demonstrou que a punição do estado não fora capaz de reduzir a criminalidade e os efeitos decorrentes do desemprego e a população jovem desqualificada foram fortes potencializadores da criminalidade.

Nacionalmente, temos o excelente trabalho de Saporì e Soares (2014) que apontaram vários testes de relações causais entre variáveis socioeconômicas com o crime, principalmente os homicídios, no Brasil. Destacaram que, nem sempre, a melhoria das condições socioeconômicas reflete em controle da criminalidade e, seguindo o que Nóbrega Jr. (2011 e 2012) já demonstrara, houve relação inversa entre a melhoria dos aspectos socioeconômicos com o crescimento da violência na região Nordeste do Brasil.

Outrossim, aspectos institucionais também aparecem como preocupação nos testes empíricos de autores de destaque.

Wilson e Kelling (1982) desenvolveram a teoria conhecida como *Broken Windows*. Sua base era de uma teoria “involuntiva” do crime, na qual o crime começava pequeno – com pequenos delitos e comportamento delinquente – e se tornava, quando



da ausência de instrumentos coercitivos formais, grande. Teria como base a ausência de autoridade da ordem pública nos espaços públicos.

Pequenas incivildades e comportamentos desviantes se transformariam em crimes maiores sem o adequado controle social por parte das autoridades públicas. Na ausência de uma adequada política de segurança pública, os espaços abertos seriam um forte atrativo à delinquência e à criminalidade.

Skogan (1990) realizou pesquisa em algumas cidades americanas na tentativa de testar a teoria das *Broken Windows*. Nas cidades de Atlanta, Chicago, Houston, Filadélfia, Newark e São Francisco houve baixo nível de relação causal entre aspectos socioeconômicos e os desvios sociais. Desigualdade, pobreza e desenvolvimento econômico foram pouco impactantes no crime, já as desordens provocadas pelo o abandono dos espaços públicos foi mais expressivo como níveis de causalidade.

Kelling e Coles (1996) afirmaram que a polícia americana abandonou paulatinamente seu caráter de controle e manutenção da ordem pública no século XX para dedicar-se exclusivamente ao combate ao crime. Abandonando o seu caráter preventivo, a polícia terminou contribuindo para o aumento da criminalidade. Para o fortalecimento do aparato policial, seria imperativo a recuperação da confiança institucional da polícia em relação à sociedade.

Seguindo esta linha traçada por Kelling e Coles (1996), Dias Neto (2000), apontou para a importância do policiamento preventivo como meio de contenção da criminalidade. A viabilização da parceria entre polícia e comunidade no combate à criminalidade deve seguir alguns parâmetros, como o papel social adotado pela polícia e a descentralização do planejamento policial que leve em consideração as especificidades locais.

Apesar de muito criticado, o modelo das *Broken Windows* apresentou relativo sucesso em cidades como New York onde, segundo Soares (2008), os números de homicídios, os crimes praticados nos metrô, estupros, assaltos, furtos, roubos, apresentaram redução expressiva depois que foi implementado o modelo de policiamento científico adotado seguindo os preceitos da *Broken Windows*.

Billante (2003) afirmou que esta base teórica se baseia em três pilares da melhor ciência policial: a. dissuasão pela forte presença policial; b. patrulhamento intenso das áreas ditas “quentes”; c. prisões focalizadas.

Goertzel e Khan (2009) e Khan e Zanetic (2009), afirmaram que aprisionamentos são importantes desde que focados em homicidas seriados. Já Zaverucha e Nóbrega (2015) testaram os efeitos das prisões de homicidas, o que obteve resposta positiva em relação a redução dos homicídios em Pernambuco. Para Billante (2003), prisões focalizadas são relevantes e partem do princípio de que um número relativamente pequeno de criminosos é responsável por uma percentagem alta de crimes.

Cerqueira e Soares (2015), afirmam a importância de políticas restritivas de acesso às armas de fogo como mecanismo dissuasivo relevante para o controle dos homicídios. Demonstrando que o implemento da Lei 10.826/03, conhecida como



Estatuto do Desarmamento, foi fundamental para o que os autores afirmaram ter “salvo” milhares de vidas.

Desta forma, temos aqui uma referência teórica que nos permite elencar algumas variáveis, dependente e independentes, para os testes causais.

A variável dependente deste estudo será as mortes por agressão do Subsistema de Informação de Mortalidade (SIM) do Banco de Dados do Sistema Único de Saúde (DATASUS). O período analisado será entre os anos de 2000/2013. Essas mortes por agressão são catalogadas em números absolutos, mas também serão calculadas suas taxas em grupos de cem mil habitantes/população.

As variáveis independentes serão de caráter socioeconômico (renda domiciliar *per capita*, taxa de desemprego e índice de desenvolvimento humano) e de caráter institucional (para testar a presença do estado serão utilizados indicadores de prisões, efetivo policial, gastos em segurança pública e o Estatuto do Desarmamento²).

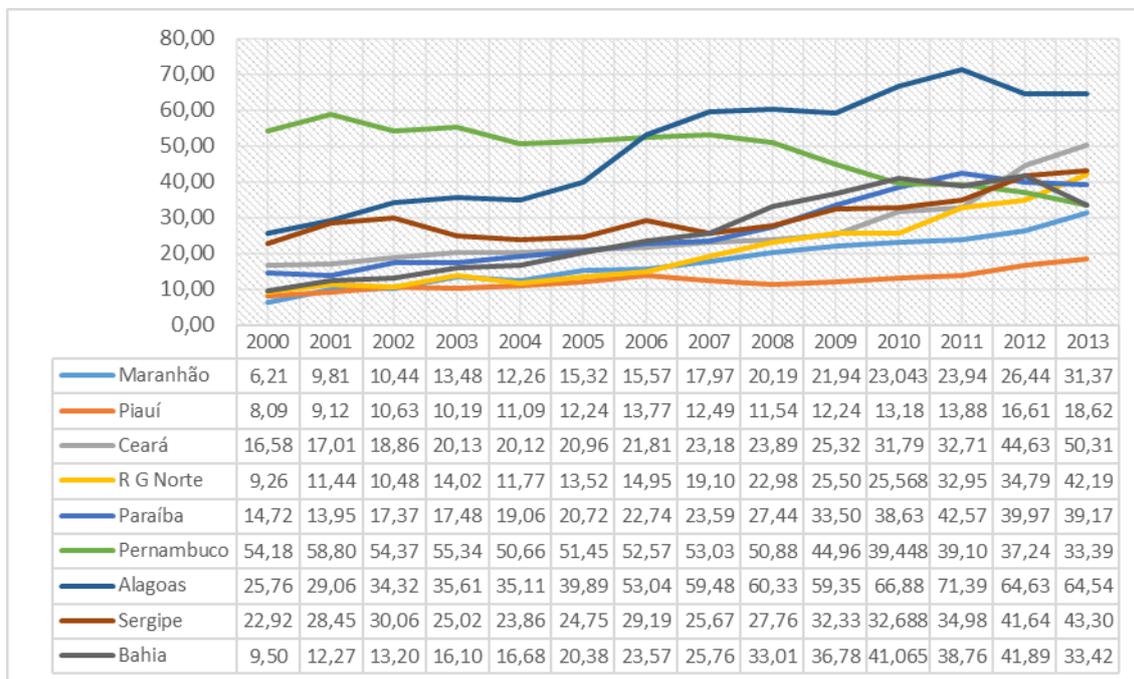
Dinâmica dos homicídios no Nordeste

Os homicídios são a principal *proxy* de violência e de crime alçados pela literatura. Como o homicídio é fundamentalmente uma definição de cunho jurídico, o cientista social precisa ter em mente que muitos dos bancos de dados da segurança pública dos estados não classificam o homicídio da mesma forma que o banco de dados do SIM/DATASUS que é o principal banco de dados utilizados pelos pesquisadores da área. As mortes por agressão são classificadas na última revisão da CID-10³ como o ato violento intencional que levou a óbito um indivíduo, ou seja, uma morte por causa externa classificada nesta categoria pode ser um homicídio doloso ou um latrocínio, não há definição jurídica.

² Lei Federal Nº 10.826/03 que regula a posse e o porte de armas de fogo e munições.

³ Classificação Internacional de Doenças da 10ª Revisão. Organização Mundial de Saúde.

Gráfico 1. Mortes por Agressão em Taxas por 100.000 no Nordeste por Estado – 2000/2013



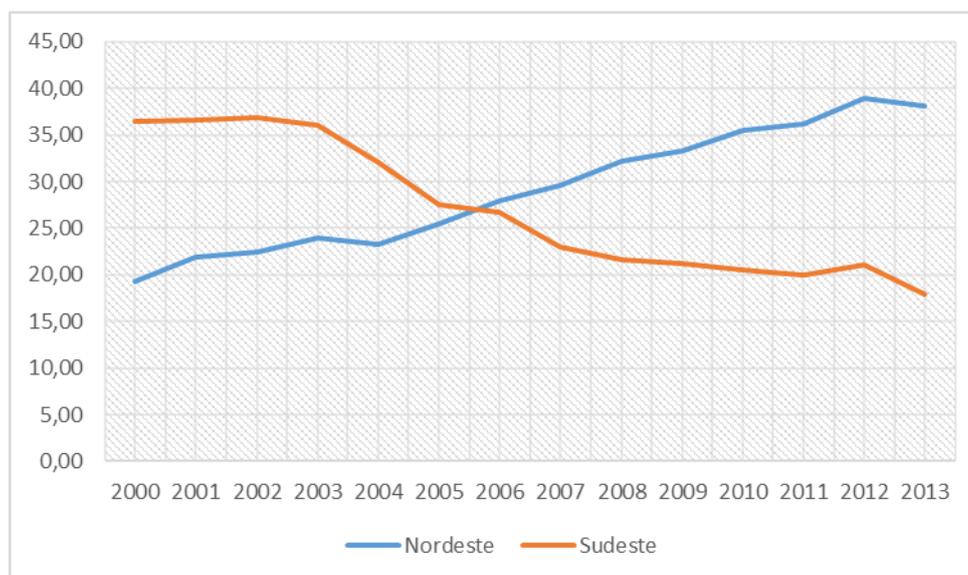
Fonte: DATASUS/Subsistema de Informação de Mortalidade (SIM). Cálculo da taxa do autor.

No Maranhão o incremento percentual na taxa de homicídios foi de 404% no comparativo 2000/2013. No Piauí, o incremento foi de 132,5% na taxa. No Ceará, houve 204,8% de incremento percentual na taxa. No Rio Grande do Norte, 356,5%. Paraíba, 165,3% de incremento. Alagoas sofreu 151% de incremento percentual nas taxas de homicídios. Sergipe, 89% e a Bahia 251,5% de crescimento (cf. gráfico 1).

Em Pernambuco, único estado a reduzir a violência no Nordeste no período em questão, houve redução de -38,5% nas taxas de homicídios por cem mil habitantes pernambucanos. As políticas públicas de segurança neste Estado tiveram como foco central a redução dos homicídios, no que apresentou êxito, sobretudo em sua política de prisão de homicidas (ZAUERUCHA e NÓBREGA JR., 2015).

Analisando o comparativo Sudeste vs. Nordeste percebe-se nitidamente o efeito inverso, enquanto as taxas de homicídios do Sudeste decaíram em menos 51% entre 2000 e 2013, o Nordeste teve incremento de 97% em suas taxas de homicídios. Alguns colegas falam de “x” da questão (gráfico 2).

Gráfico 2. Taxas de Homicídios Sudeste/Nordeste – 2000/2013

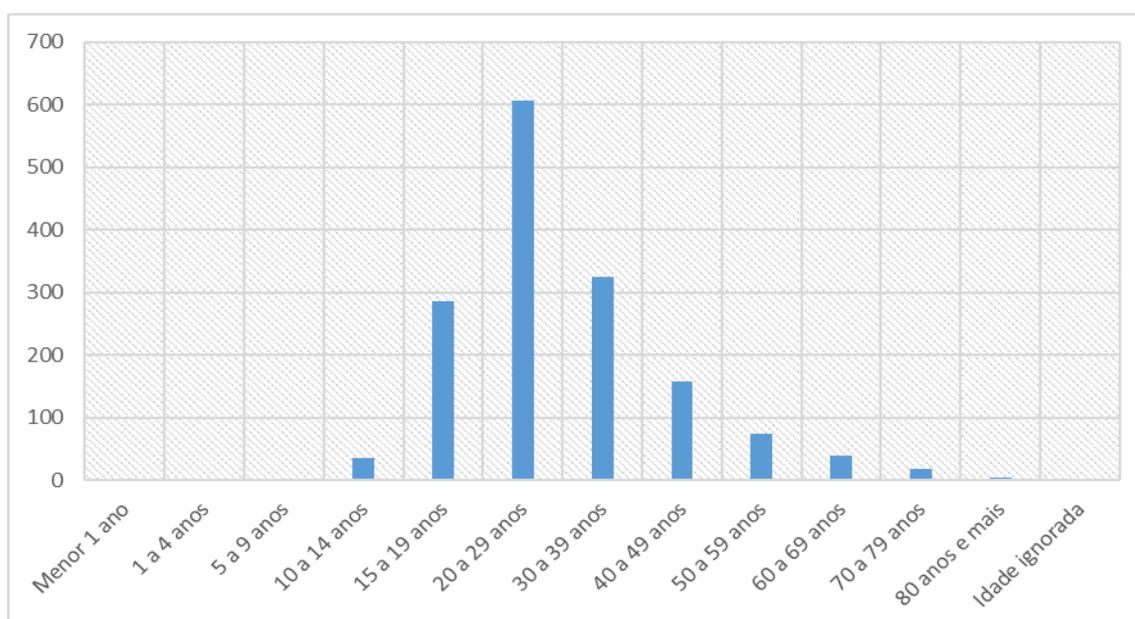


Fonte: DATASUS/Subsistema de Informação de Mortalidade (SIM). Cálculo da taxa do autor.

As vítimas em sua maioria são de cor da pele parda, nível baixo de escolaridade, do sexo masculino e são jovens com menos de trinta anos de idade.

Utilizando a Paraíba como parâmetro de análise socioeconômica, vemos que o grupo mais vitimado por nível de faixa etária localiza-se entre os 20 e 29 anos de idade, onde a maioria dos óbitos atingem pessoas com idade produtiva, impactando decisivamente no desenvolvimento da atividade econômica (cf. gráfico 3).

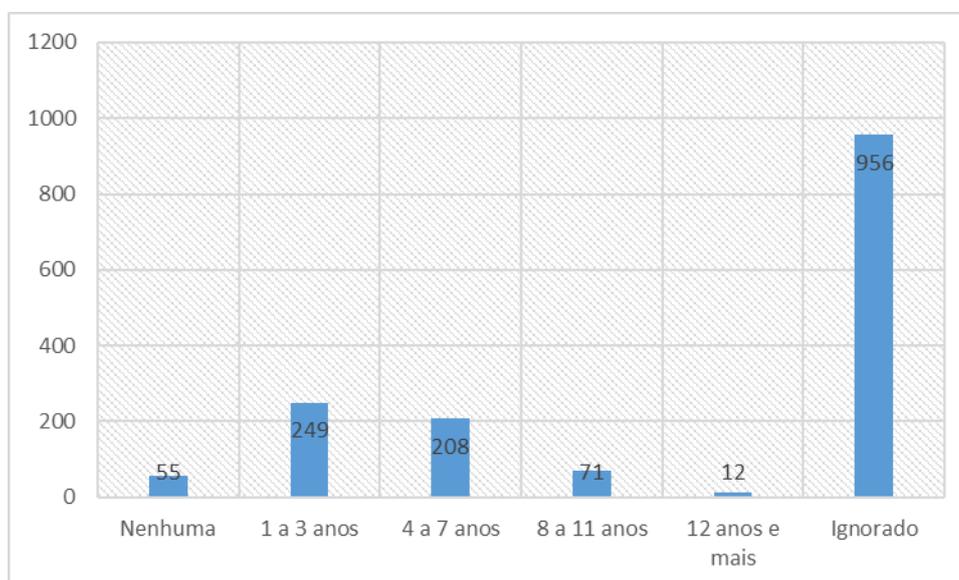
Gráfico 3. Homicídios números absolutos – faixa etária – Paraíba (2013)



Fonte: DATASUS/Sistema de Informação de Mortalidade (SIM).

Quanto ao nível de escolaridade da vítima, apesar do grande índice de números de óbitos ignorados na Paraíba, a maior parte destas vítimas tem baixo nível de escolaridade, ficando entre um e sete anos de formação escolar o grupo mais vitimado no estado (cf. gráfico 4).

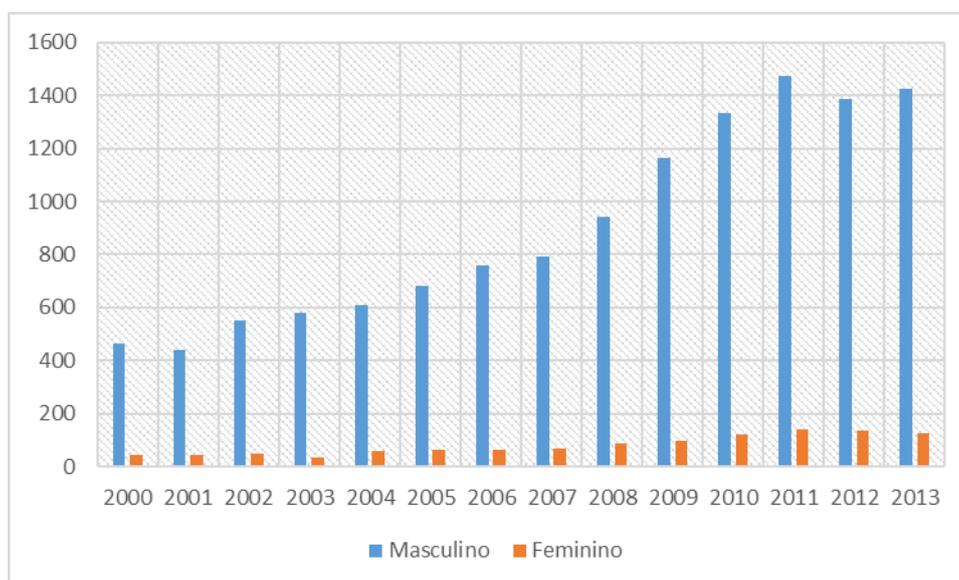
Gráfico 4. Homicídios números absolutos – Nível de escolaridade – Paraíba (2013)



Fonte: DATASUS/Subsistema de Informação de Mortalidade (SIM).

A maior parte das vítimas de homicídios é do sexo masculino. Apesar da margem de mortes femininas ser bem inferior ao dos homens, na série histórica apontada no gráfico abaixo, os dados de homicídios praticados contra a mulher quase triplicou desde o início da década passada (cf. gráfico 5).

Gráfico 5. Homicídios números absolutos – Sexo da vítima – Paraíba (2000/2013)

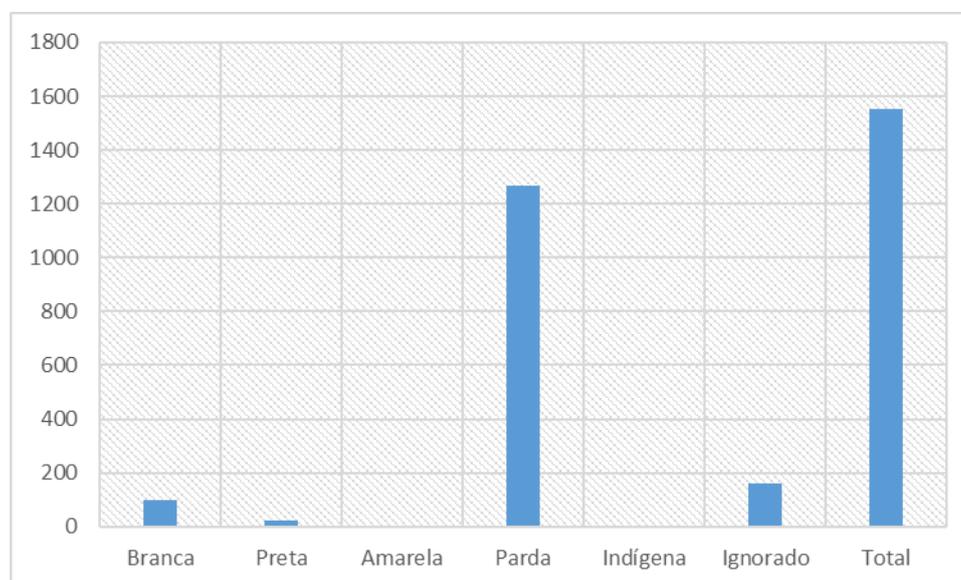


Fonte: DATASUS/Subsistema de Informação de Mortalidade (SIM).



A Paraíba desponta como um dos estados onde há mais assassinatos de jovens negros (WAISELFISZ, 2014). No gráfico abaixo se percebe que o grupo étnico-racial mais vitimado é pardo, em 82% dos casos. Geralmente, é esta variável que potencializa os homicídios de negros, pois se considera negro a soma das mortes de pardos e pretos.

Gráfico 6. Homicídios números absolutos - cor da pele – Paraíba - 2013



Fonte: DATASUS/Subsistema de Informação de Mortalidade (SIM).

Nexos causais: aspectos socioeconômicos e institucionais

Nesta seção iremos testar os nexos causais de acordo com o que a literatura discutida aqui nos revelou. Nexo causal não necessariamente quer dizer que há invariavelmente relação causal entre a variável dependente (fenômeno que se pretende explicar) e as variáveis independentes (variáveis explicativas).

Utilizaremos o modelo de Correlação de Pearson, ou seja, o coeficiente de correlação de Pearson (ou bivariada simples) que mede o grau de correlação e direção da correlação, se é positiva ou negativa, entre duas variáveis X e Y.

Este modelo nos permitirá testar as seguintes hipóteses:

H₁: os homicídios sofrem influência dos níveis de desemprego, renda e desenvolvimento humano e

H₂: os investimentos feitos pelo estado são importantes em termos de impacto estatístico no controle da violência (medida pelas taxas de homicídios)

As hipóteses serão testadas num único modelo de Correlação bivariada que será explicado após a explicação das variáveis a seguir (também cf. tabela 1).



Cálculo das taxas por cem mil habitantes:

$$Nabsol/POPtotal=PROD \times 100 \text{ mil}$$

O número absoluto é dividido pela população total, o resultado é multiplicado por cem mil, daí resulta a taxa. Todos os cálculos foram elaborados no Programa Office Excel.

Variável dependente do estudo: as taxas de homicídios calculadas por cada grupo de cem mil habitantes da população total dos estados. Homicídios são as mortes por agressão catalogadas entre os registros X85-Y09 (Mortes por Agressão). Banco de dados do Subsistema de Informação de Mortalidade do Sistema Único de Saúde (SIM/DATASUS). Ano do registro, 2013.

Variáveis independentes de cunho socioeconômico: IDH-M (índice de desenvolvimento humano municipal). Média geométrica dos índices das dimensões Renda, Educação e Longevidade, com pesos iguais. Dados resgatados do Atlas Brasil de Desenvolvimento Humano (2013). Ano do registro, 2010.

Os dados de Renda e Taxa de Desemprego foram resgatados da plataforma do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). A *proxy* de renda foi a “renda média domiciliar per capita - %” (em reais) e a *proxy* de desemprego foi a “taxa de desemprego - %”. Ano de registro, 2010.

Variáveis independentes de cunho institucional: as taxas de prisões foram resgatadas do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, ano 2014. Foram calculadas por cada grupo de cem mil detentos da população do sistema penitenciário nacional (dados originais do Depen/Infopen⁴). Ano de registro, 2013.

As taxas de policiais por habitante foram calculadas do efetivo total do somatório de policiais civis e policiais militares dividido por cada grupo de cem mil habitantes na população total de cada estado. O banco de dados foi o do Ministério da Justiça/Senasp⁵. Ano de registro, 2012.

Gastos com segurança pública⁶ foi calculado na sua variação percentual de gastos entre 2009 e 2013 resgatados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2014). Em Milhões de Reais.

Estatuto do Desarmamento⁷ foi calculado conforme as apreensões por porte ilegal de armas registradas nas ocorrências policiais entre 2012 e 2013. Variação percentual do período.

⁴ Departamento Penitenciário Nacional/Sistema de Informação Estatística Penitenciário.

⁵ Secretaria Nacional de Segurança Pública. Órgão ligado ao Ministério da Justiça.

⁶ Gastos com policiamento, Defesa Civil, informação e inteligência e demais subfunções (FBSP, 2014).

⁷ Lei Federal Nº 10.826/03 que regula a posse e o porte de armas de fogo e munições.



Tabela 1. Descrição dos dados – Variável dependente (Taxas de Homicídios) – Variáveis independentes socioeconômicas (Taxas de desemprego/índice de desenvolvimento humano municipal/renda domiciliar *per capita*) – Variáveis independentes institucionais (Taxas de prisões totais/taxas de efetivo policial civil e militar/gastos com segurança pública/estatuto do desarmamento)

11

UF NE / VARIÁVEIS	TX HOM (01)	IDH- M (02)	TX DESEM (03)	RENDA (04)	TX PRISÃO (05)	TX POLICIA (06)	GASTOS SEGURANÇA (07)	ESTATUTO DESARMAMENTO (08) ⁸
MARANHÃO	31,37	0,639	8,54	348,72	94,8	142,24	24,6	-13
PIAUI	18,62	0,636	7,82	408,27	92,4	229,27	-180,2	51,4
CEARÁ	50,31	0,682	7,59	445,88	217,6	188,64	39,2	10,2
RIO GRANDE DO NORTE	42,19	0,684	9,79	531,56	173,4	293,68	20	36
PARAÍBA	39,17	0,658	8,57	462,29	227,1	300,71	34	-58
PERNAMBUCO	33,39	0,673	10,95	508,82	332,9	275,07	31,3	15,5
ALAGOAS	64,54	0,631	10,65	421,32	149,7	293,31	27,6	10
SERGIPE	43,3	0,665	10,18	508,2	207,1	296,48	51,5	20,1
BAHIA	33,42	0,66	10,73	481,18	104,8	263,59	32,4	22,7

Fontes: SIM/DATASUS. Sistema Nacional de Estatísticas em Segurança Pública e Justiça Criminal (SINESP/JC)/Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP)/Ministério da Justiça; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Cálculo da variância percentual, bem como as taxas por cem mil, do autor.

Modelo de Correlação de Pearson

O coeficiente de correlação de Pearson (ou bivariada simples) mede o grau de correlação e direção da correlação, se é positiva ou negativa, entre duas variáveis X e Y. O modelo aplicado abaixo testou os níveis de correlação entre duas variáveis, X (*matriz 01*) como a variável dependente de homicídios (taxas por cem mil, conforme tabela 1), e Y_n (*matriz 02 a 08*) como as variáveis independentes socioeconômicas e institucionais (cf. modelo representado na tabela 2).

As correlações foram elaboradas da seguinte forma: a coluna das taxas de homicídios dos nove estados (*matriz 01* – variável dependente) foi correlacionada com as colunas das variáveis independentes uma a uma, ou seja, X_1 com $Y_{(2,3,4,5,6,7,8)}$.⁹

O modelo apresentado na tabela 2 demonstra as correlações, que foram no total de sete. Matriz x Matriz.

⁸ Os números entre parênteses referem-se as matrizes das variáveis.

⁹ Foi utilizado o software Excel para fazer os testes de correlação.

Tabela 2. Correlação bivariada simples ou Correlação de Pearson

1. CORREL HOM (matriz 01)_IDH-M (matriz 02)	R=0,092
2. CORREL HOM (matriz 01)_TX DESEM (matriz 03)	R=0,283
3. CORREL HOM (matriz 01)_RENDA (matriz 04)	R=0,135
4. CORREL HOM (matriz 01)_TX PRISÃO (matriz 05)	R=0,216
5. CORREL HOM (matriz 01)_TX POLICIA (matriz 06)	R=0,305
6. CORREL HOM (matriz 01)_GASTOS (matriz 07)	R=0,610
7. CORREL HOM (matriz 01)_ED (matriz 08)	R=-0,202

Fonte: dados da tabela 1. Modelo elaborado pelo autor no programa Excel.

As correlações demonstraram os seguintes mecanismos explicativos:

1. A primeira correlação aponta para o nível irrelevante de correlação estatística entre as taxas de homicídios nos nove estados com o nível de desenvolvimento humano (com um R muito baixo). Isso nos mostra que o IDH-M não influenciou nas taxas de homicídios.
2. A segunda correlação apresentada na tabela 2, nos mostra correlação positiva dos homicídios com a taxa de desemprego. Isto demonstra dois caminhos: o primeiro, é que a taxa de desemprego crescente pode influenciar no crescimento dos homicídios. O outro, é que não necessariamente o decréscimo dos homicídios provoca mais emprego. Há correlação positiva num nível significativo, pois o R foi de quase 0,3.
3. A terceira correlação entre violência e renda mostrou correlação positiva, ainda que não muito significativa. A renda pode ter algum impacto, principalmente em momentos de crise econômica, mas o modelo nos mostra que esta variável independente não tem grande nível de significância estatística, apesar da fraca correlação com sinal positivo (R=0,135).
4. A quarta correlação entre as taxas de homicídios e as taxas de prisões mostrou covariância positiva em nível também baixo (R=0,216). Isto nos indica que a



variável independente de prisões tem pouco efeito dissuasivo na criminalidade¹⁰.

5. A quinta correlação entre violência e a taxa de efetivo policial mostrou nível de significância estatística importante. A covariância positiva demonstra a importância do investimento em pessoal por parte do estado ($R=0,306$). Essa variável fortalece os estudos que apontam o papel do estado como efeito redutor da criminalidade.
6. A sexta correlação foi a que apresentou o maior nível de associação entre as variáveis. Isto nos diz que os gastos em segurança pública são imprescindíveis para o controle dos homicídios no Nordeste. Gastos crescentes pode não necessariamente responder positivamente na queda da violência, mas importa para a gestão da segurança pública como efeito dissuasivo, pois ajuda decisivamente no planejamento da *policy* ($R=0,6$).
7. A sétima correlação demonstrou covariância com sinal negativo entre as variáveis. A matriz da variável dependente tem correlação negativa com a matriz da variável independente, ou seja, os homicídios (que tem a maioria das mortes perpetradas com armas de fogo) demonstrou sinal negativo na correlação com as apreensões por porte e posse ilegal de armas de fogo. Apesar da correlação ser baixa, o sinal negativo é importante e demonstra que o Estatuto do Desarmamento é um instrumento dissuasivo de dimensão limitada.

Com o modelo e as correlações podemos concluir em relação às hipóteses levantadas da seguinte forma:

H₁: os homicídios sofrem influência dos níveis de desemprego, renda e desenvolvimento humano e

H₂: os investimentos feitos pelo estado são importantes em termos de impacto estatístico no controle da violência (medida pelas taxas de homicídios)

Na *hipótese um* os níveis de desemprego e a renda respondeu positivamente na sua correlação com os homicídios, o IDH-M não demonstrou resposta significativa. Daí, para o controle dos homicídios é importante melhorar a renda e os níveis de empregabilidade, mas claro, que as variáveis de nível de escolaridade dos mais jovens precisam ser potencializadas, conforme vimos na análise da dinâmica dos homicídios e nos estudos apontados pela revisão da literatura aqui empreendida. Sendo assim, a hipótese um é verdadeira quanto aos níveis de desemprego e renda, mas não em relação ao IDH.

Na *hipótese dois* praticamente todas as ações institucionais apresentaram correlação (covariância positiva e negativa), com maior ênfase aos gastos/investimentos na área da segurança pública e o efetivo policial, e menor ênfase às prisões totais e ao

¹⁰ Destacar que o teste executado aqui soma todos os registros de prisões. Testes feitos em séries temporais, em outros estudos, mostrou forte correlação com sinal negativo quando o foco das prisões é o homicida contumaz (ZAVERUCHA e NÓBREGA JR., 2015; KAHN e ZANETIC, 2009).



Estatuto do desarmamento, que o sinal negativo apresentado tem grande relevância por se tratar de um efeito inverso. Dessa forma, a hipótese de número dois é verdadeira integralmente.

Conclusões

Avaliar a qualidade das instituições de segurança pública é tarefa fundamental para o gestor público. Contudo, o conhecimento acumulado na área das Ciências Sociais (Antropologia, Sociologia, Economia e Ciência Política) torna-se imprescindível para o operador da segurança pública. Tal conhecimento, faz com que o operador da área da segurança pública foque os recursos – sempre escassos – da sociedade no que realmente importa. Também, faz com que este profissional consiga alcançar as dificuldades encontradas no seio da sociedade, sobretudo entre os mais pobres que sofrem mais com o impacto da violência e da criminalidade.

Dito isto, este *paper* teve o intuito de ser pragmático, não obstante executar um esforço intelectual no alcance de algumas importantes referências teóricas, para testar hipóteses críveis de serem avaliadas estatisticamente.

Usou-se o método estatístico descritivo e um modelo inferencial de baixa intensidade explicativa para explicar níveis ou nexos de causalidade entre algumas variáveis clássicas trazidas pela literatura especializada.

Chegou-se à conclusão que os homicídios atingem vítimas pobres (o que podemos alcançar pelo nível baixo de escolaridade das vítimas), negras, jovens, do sexo masculino e que possuem baixo nível de renda (o que pode ser visto na correlação entre renda e homicídios).

O teste de hipóteses nos forneceu duas respostas: primeiro, melhorar a renda importa, mas tem pouca influência em relação aos homicídios, onde as taxas de desemprego crescentes têm impacto positivo na criminalidade, mas que o nível de desenvolvimento humano medido pelo IDH não tem qualquer relação com as mortes violentas intencionais.

Apesar do IDH ser um indicador complexo que congrega variáveis de renda, longevidade e escolaridade, seu efeito no modelo foi insatisfatório. Quando observamos a evolução deste indicador no tempo, em análises de séries temporais, sua melhora foi enfática, mas não acompanhou a redução da violência, sobretudo a medida pelos homicídios, na região Nordeste.

Segundo, o esforço do estado no controle dos homicídios com as variáveis institucionais escolhidas para o teste demonstrou maior correlação que as variáveis socioeconômicas, com destaque para os gastos em segurança pública e o efetivo policial e, em menor proporção, a validade do Estatuto do Desarmamento (única variável que apresentou correlação negativa). As prisões, apesar de apresentar correlação estatística, demonstrou ser frágil como instrumento de controle. Isso nos faz refletir sobre o papel desse dispositivo como mecanismo de controle do crime e da violência.



Todo este esforço nos demonstra que tanto os aspectos sociais quanto os institucionais são importantes para o controle dos homicídios na região nordeste, que a Sociologia, a Antropologia, a Economia e a Ciência Política em seus ferramentais teóricos e metodológicos precisam dialogar sempre para propor à gestão do estado formas exequíveis de administrar os conflitos sem que haja derramamento de sangue, criando uma sociedade mais próxima dos valores democráticos de nossa contemporaneidade.

15

Bibliografia

BECKER, Gary (1968), **Crime and punishment: an economic approach**. *Journal of Political Economy*. V. 76, n. 2, p. 169-217.

BILLANTE, Nicole (2003), **The beat goes on: policing for crime prevention**. *Issue Analysis*, v. 38, n. 1.

DIAS NETO, T. (2000) **Policamento comunitário e controle sobre a polícia: a experiência norte-americana**. São Paulo: IBCCRIM, 2000.

FREEMAN, R. B. (1994) **Crime and the job market**. *NBER Working Paper*, n. 4910, p. 9-44. 1994

GOERTZEL, T.; KHAN, T. (2009) **The Great São Paulo Homicide Drop**. *Homicide Studies*, v. 13, n. 4, 2009.

GOULD, E. D.; WEINBERG, B. A.; MUSTARD, D. B. (1997) **Crime rates and local labor market opportunities in the United States: 1979-1997**. *Journal of Economic Literature*, K4, J 0, P. 1-58, 2000.

KAHN, T.; ZANETIC, A. (2009) **O papel dos municípios na segurança pública**. *Coleção Segurança com Cidadania: Subsídios para Construção de um Novo Fazer Segurança Pública*, v. 1, n. 1, p. 83-126, 2009.

KELLING, G.; COLES, C. (1996) **Fixing broken windows: restoring order and reducing crimes in our communities**. New York: Free Press, 1996.

NÓBREGA JR., J. M. (2011) **A dinâmica dos homicídios no Nordeste e em Pernambuco**. *Dilemas*, Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 3, p. 51-74.

NÓBREGA JR., J. M. (2011) **Os Homicídios no Nordeste Brasileiro**. *Segurança, Justiça e Cidadania: O Panorama dos Homicídios no Brasil*. Coleção Segurança com



Cidadania. Ministério da Justiça (MJ) Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp).

NÓBREGA JR., J. M. (2012) **Homicídios no Nordeste: dinâmica, relações causais e desmistificação da violência homicida**. Campina Grande: UFCG, 2012.

NÓBREGA JR., José Maria (2015), **Teoria do Crime e da Violência: uma revisão da literatura**. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*. BIB. São Paulo, n. 77, pp. 5-117.

SAPORI, L. F. e SOARES, G. A. D. (2014), **Por que cresce a violência no Brasil?** Editora PUCMINAS autêntica. Belo Horizonte.

SKOGAN, W. (1990) **Disorder and decline: crime and the spiral of decay in American neighborhoods**. Berkeley: University of California Press, 1990.

SOARES, G. A. D. (2008) **Não Matarás. Desenvolvimento, desigualdade e homicídios**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

WAISELFISZ, J.J. (2014) **Os Jovens do Brasil**. Mapa da Violência.

WILSON, J. Q.; KELLING, G. (1982) **Broken windows: the police and neighborhood safety**. *The Atlantic*, mar. 1982. Disponível em: <<http://www.theatlantic.com/magazine/archive/1982/03/broken-windows/304465/>>.

WOLPIN, K. I. (1978) **Economic analysis of crime and punishment in England and Wales, 1894-1967**. *Journal of Political Economy*, v. 86, n. 5, p. 815-840, 1978.

ZAVERUCHA, J.; NÓBREGA JR., J. M. (2015) **O pacto pela vida, os tomadores de decisão e a redução da violência homicida em Pernambuco**. *Revista Dilemas*, v. 8, n. 2, p. 235-252, 2015. Cerqueira e Soares (2015),